

**Diário Notícias**  
/ Dinheiro Vivo  
10-09-2022

Periodicidade: **Semanal**  
Classe: **Informação Geral**  
Âmbito: **Nacional**  
Pagina(s): **9**

**ÓNUS DA PROVA**



**NUNO PEREIRA DA CRUZ**  
Advogado

## O lamaçal

A reabertura dos tribunais começou com uma greve. E muito provavelmente legítima. A verdade é que o setor da Justiça em Portugal está a atravessar uma das suas maiores crises.

E os indícios dessa crise são muitos. Em 2021, num inquérito do INE a mais de 5900 sociedades não financeiras, sobre os custos de contexto das empresas, o sistema judicial voltou a ser identificado como o maior entrave à sua atividade.

Paralelamente, o sentimento de vulnerabilidade dos cidadãos é manifesto. Basta pensar nos calafrios que um contribuinte sente quando vê uma carta da AT na sua caixa de correio, devido à arbitrariedade da máquina fiscal e às execuções abusivas.

Do mesmo modo, no inquérito deste ano realizado pela Deco

*“Em quase 500 magistrados, 26% acreditam que alguns juizes receberam subornos nos últimos três anos e 27% creem em irregularidades na distribuição de processos.”*

sobre o índice de confiança dos portugueses nas instituições nacionais a Justiça surge em último lugar.

Mas não se trata apenas de desconfiança fruto de morosidade ou ineficiência, há também uma perceção de corrupção e práticas de favorecimento e opacidade.

Aliás, neste verão, foi divulgado o inquérito da Rede Europeia de Conselhos de Justiça em que, num conjunto de quase 500 magistrados judiciais portugueses, 26% dizem acreditar que alguns juizes receberam subornos nos últimos três anos e que 27% acreditam em irregularidades na distribuição de processos judiciais. São os próprios magistrados a terem esta perceção!

Como era de esperar, esta semana foi divulgado que Portugal ainda não cumpriu a maioria das recomendações para prevenir a corrupção dos deputados, dos juizes e do procuradores elaboradas pelo Grupo de Estados contra a Corrupção, publicadas em 2016, o que leva este organismo europeu a concluir que o cumprimento das advertências é globalmente insatisfatório.

A liberdade de cada um de nós só é garantida por uma Justiça que seja eficaz, que assegure os nossos direitos, que evite os abusos dos poderes do Estado e que tenha decisões céleres, competentes e independentes. A justiça é a base da democracia. Só assim será possível sermos livres, almejar maior desenvolvimento económico e melhores condições de vida. É urgente fazer uma reforma em defesa da nossa democracia.